BE avanÃ§a com projecto para impedir que doentes paguem transporte dos bombeiros

28-Jan-2011

O Bloco de Esquerda entregou na Assembleia da RepÃºblica um projecto de resoluÃ§Ã£o sobre o transporte de doentes nÃ£o urgentes pelos bombeiros, com o objectivo de anular o despacho do Governo que determina, salvo para algumas doenÃ§as crÃ³nicas, que os doentes que ganhem mais de 419 euros por mÃªs tenham de passar a pagar a deslocaÃ§Ã£o.

O partido pretende â€œsuspender o critÃ©rio de insuficiÃªncia econÃ³mica no acesso ao transporte pago de doentes nÃ£o urgentesâ€•, por considerar que â€œfazer depender o acesso ao transporte pago Ã comprovaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia econÃ³m nÃ£o sÃ³ desrespeita os cidadÃ£os em situaÃ§Ã£o de debilidade e fragilidade, como nÃ£o tem em consideraÃ§Ã£o as desigualdades geogrÃ¡ficas e de carÃªncia de mobilidade dos cidadÃ£os, sem esquecer a natureza dinÃ¢mica do estado de saÃºde de alguns doentesâ€•.

Em causa estÃ¡ o Despacho 19264/2010Â
do MinistÃ©rio da SaÃºde, publicado a 29 de Dezembro, que determina que o Estado sÃ³ assumirÃ¡ o pagamento do transporte em ambulÃ¢ncia quando o utente comprove com justificaÃ§Ã£o mÃ©dica e insuficiÃªncia econÃ³mica. O problema jÃ¡ motivou uma posiÃ§Ã£o da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), que decidiu convocar um congresso extraordinÃ¡rio. A LBP, apÃ³s reuniÃ£o com o secretÃ¡rio de Estado da SaÃºde, jÃ¡ pediu a anulaÃ§Ã£o do decreto.

Os bloquistas entendem, por seu lado, que â€œexcluir do acesso ao transporte pago todos cidadÃ£os com rendimentos superiores ao salÃ¡rio mÃ-nimo nacional nÃ£o tem em conta os tratamentos a que os doentes tÃªm de se submeter, deslocaÃ§Ãµes a efectuar, serviÃ§os pÃºblicos ao seu alcance, etc, e Ã© reveladora da desresponsabilizaÃ§Ã£o do Estado, enquanto actor social, na implementaÃ§Ã£o de polÃ-ticas que tenham como objectivo maximizar o bem-estar das populaÃ§Ãµesâ€•.

Auditoria detecta irregularidades

A par com o projecto, o BE deu tambÃ©m entrada com um requerimento dirigido ao MinistÃ©rio da SaÃºde, onde solicita acesso Ã auditoria encomendada pela AdministraÃ§Ã£o Central do Sistema de SaÃºde sobre o transporte de doentes nÃ£o urgentes e onde terÃ£o sido detectadas algumas irregularidades que estÃ£o na origem das alteraÃ§Ãµes Ã s regras feitas pela tutela. A auditoria, jÃ¡ divulgada pelo PÃšBLICO, detectou inÃºmeros casos em que foram feitos pagamentos sem a justificaÃ§Ã£o mÃ©dica, facturaÃ§Ã£o de viagens fictÃ-cias, pagamentos em excesso e reembolsos sem o respectivo comprovativo. Permitiu ainda perceber que o preÃ§o pago por quilÃ³metro variava nas cinco administraÃ§Ãµes regionais de saÃºde e que o transporte prescrito em modalidade de â€œgrupoâ€• surgia vÃ¡rias vezes facturado como transporte â€œindividualâ€•.

No requerimento, o deputado JoÃ£o Semedo destaca que este tipo de transporte de doentes tem â€œgrande relevÃ¢nciaâ€• e que quando surgiu foi destacado como â€œinegÃ¡vel o interesse de a comunidade em geral e de os doentes em particular disporem de uma rede de transportes de saÃºde que lhes garanta cabal satisfaÃ§Ã£o das suas necessidades nesta matÃ©riaâ€•. O parlamentar refere tambÃ©m que a Lei de Bases da SaÃºde sublinha que Ã© fundamental â€œobter igualdade dos cidadÃ£os no acesso aos cuidados de saÃºde, seja qual for a sua condiÃ§Ã£o econÃ³mica e onde quer que vivamâ€• para garantir a equidade. E lembra que os originadores da procura de transporte nÃ£o urgente sÃ£o essencialmente as instituiÃ§Ãµes de saÃºde, pelo que se pressupÃµe a justificaÃ§Ã£o clÃ-nica.

Esta semana, no Ã¢mbito da comissÃ£o parlamentar de SaÃºde, a ministra Ana Jorge esclareceu que o despacho que determina que os doentes com rendimentos superiores a 419 euros tÃªm de pagar o transporte dos bombeiros ainda nÃ£o estÃ¡, afinal, em vigor. A titular da pasta da SaÃºde explicou que ainda nÃ£o Ã© possÃ-vel fazer a avaliaÃ§Ã£o da condiÃ§Ã£o econÃ³mica dos doentes, em resposta a uma pergunta do deputado comunista Bernardino Soares, que alertou que â€œmilhares de doentesâ€• estÃ£o a faltar a tratamentos e consultas por falta de transporte e uma pergunta da social-democrata Clara Carneiro, que pediu uma â€œimediata revogaÃ§Ã£oâ€• do despacho de Dezembro.

Independentemente das condiÃ§Ãµes financeiras, o MinistÃ©rio da SaÃºde prevÃª algumas excepÃ§Ãµes ao pagamento, nomeadamente no caso de doentes com cancro, que faÃ§am hemodiÃ¡lise, que tenham tido alguns transplante ou que tenham perturbaÃ§Ãµes visuais graves.

http://publico.pt/PolÃ-tica/be-avanca-com-projecto-para-impedir-que-doentes-paguem-transporte-dos-bombeiros_1477345